

**A ESCRITA FRAGMENTÁRIA DA «REVISTA DOS DOIS
MUNDOS», DE CAMILO CASTELO BRANCO:
da crónica à polémica**

SÓNIA VALENTE RODRIGUES
svrodrigues@sapo.pt

«... a admirável prosa que brinca e desassossega.»
Agustina Bessa-Luís

1. Introdução

A colaboração de Camilo Castelo Branco nos periódicos, ao longo de mais de quarenta anos¹, teve uma forte incidência em géneros como a crónica e a polémica que se tornaram as faces mais visíveis da sua escrita jornalística. Contam-se, pela recolha de Júlio Dias da Costa², 256 crónicas e, pela compilação de Alexandre Cabral, 36 polémicas (entendendo este termo no sentido mais abrangente). Destas apenas seis se desenrolam por meio de folhetos e/ou opúsculos da responsabilidade de casas editoriais³; as restantes trinta ocorrem no quadro bem definido da imprensa periódica⁴.

¹ De acordo com a informação colhida no *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, de Alexandre Cabral, «Pode dizer-se, sem sombra de exagero, que Camilo Castelo Branco manteve-se fiel à profissão de jornalista desde os balbuceios literários (1846) até ao fim da vida (1890). [Cabral, 1988: p. 341]

² Reportamo-nos às crónicas compiladas nos três primeiros volumes dos *Dispersos de Camilo*, publicados em 1925 e 1926, em Coimbra, pela Imprensa da Universidade.

³ São elas a intervenção de Camilo Castelo Branco na polémica “Eu e o Clero” de Alexandre Herculano, em 1850; a polémica com Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, em 1862; a intervenção em “Bom Senso e Bom Gosto”, em 1865-66; a polémica com a Princesa Rattazzi, em 1880; a polémica com Avelino César Calisto e José Maria Rodrigues, em 1883; a polémica com Luga e Genelioux, herdeiros de Ernesto Chardron, em 1886.

⁴ As polémicas de Camilo Castelo Branco com Silva Pinto e com Anselmo de Moraes Sarmiento, em 1874, desenrolam-se nas *Noites de Insónia* que são folhetos de publicação periódica mensal.

A partir de um conjunto de textos de crónica que Camilo publica, sob o pseudónimo de “Anastácio das Lombrigas”, em 1850, n’*O Jornal do Povo*, analisaremos as relações que se estabelecem entre a crónica e a polémica, géneros jornalísticos de opinião.

Nos textos cronísticos assinados por “Anastácio das Lombrigas”, usa Camilo Castelo Branco uma prática polemística pouco habitual: responde ao(s) adversário(s) através de fragmentos que aparecem incrustados no corpo do texto de crónica. Este expediente – de inserir no texto da crónica a intervenção na troca verbal polémica –, utilizado pelo escritor em mais do que uma ocasião (ocorre também em 1859 na polémica com *O Eco Popular*, quando mantém a coluna *O Que Vai pelo Mundo*, em *O Nacional*), permite observar que a crónica e a polémica estabelecem entre si outro tipo de ligações para além da partilha do mesmo espaço no jornal e, sobretudo, que, no caso camiliano, o exercício da polémica transcende os lugares em que habitualmente se exerce para se instalar em espaços textuais não identificados como locais a partir dos quais ela habitualmente se trava.

2. “Anastácio das Lombrigas”: elemento identificador de um ciclo cronístico

“Anastácio das Lombrigas”⁵, pseudónimo de Camilo Castelo Branco, funciona como elemento agregador de um conjunto de textos que aparecem na imprensa periódica em três períodos distintos: em Março de 1849, n’ *O Jornal do Povo*, em Novembro e Dezembro de 1850, também n’ *O Jornal do Povo*, e em Janeiro e Fevereiro de 1856, um em *O Porto e a Carta* e dois no jornal *A Verdade*.

No primeiro desses períodos, “Anastácio das Lombrigas” apresenta-se como folhetinista, assinando três textos: «Revista – ou lá o que quiserem», «Revista – do mesmo autor» e «Anastácio das Lombrigas, a seus irmãos na asneira», publicados respectivamente a 6, 10 e 24 de Março de 1849.

No segundo período são produzidas seis crónicas desde o texto que serve de prólogo a esta segunda série até ao anúncio necrológico relativo a “Anastácio das Lombrigas”. Estas crónicas mantêm entre si uma forte coesão, como se infere do título que se repete em cada uma delas ao longo das cinco semanas em que são publicadas (21, 23 e 30 de Novem-

⁵ Sobre este pseudónimo, veja-se Martins, 1990: pp. 29-38.

bro, 7, 14 e 21 de Dezembro). O elo vincutivo entre estes dois subconjuntos, estabelecido pelos elementos paratextuais, é reforçado no prólogo à «Revista dos Dois Mundos» por via das remissões do autor para os textos anteriormente produzidos⁶. Ainda neste segundo período há a considerar o texto «Vade Retro, Satan» que, assinado com um outro pseudónimo, “Anacleto dos Coentros”, mantém como voz enunciadora “Anastácio das Lombrigas”. Este texto é publicado na edição de 4 de Janeiro de 1851 d’ *O Jornal do Povo*, no mesmo local e com a mesma regularidade que os textos de 1850. Funciona, de facto, como uma extensão destes textos, mantendo com eles um vínculo que o autor assegura através de um artifício habilidoso, visível, por exemplo, nesta passagem textual:

«E como quer que alli logo com muitas lagrimas e arrependimentos se fosse a melhor vida, andava eu por ca soidoso a carpir tão veloce passamento, quando o espirito d’ *Anastacio* se metteu em mim, e fallou, não em classico, mas em romantico como vindes, piissimos leitores, de topar nesta minha escriptura. E assi estou eu com cousas ruins no corpo, em quanto exorcismos, agua-benta, ou trovisco contra feitiços e maos olhados, não vier lançar-me do corpo esta alma penada.»⁷.

O expediente consiste, como se vê, em recorrer a «Anacleto dos Coentros» como voz mediadora entre “Anastácio das Lombrigas”, que entretanto falecera, e os leitores, relatando acontecimentos póstumos e diálogos entre os dois (autor do texto e espectro do falecido “Anastácio”).

No terceiro período, incluem-se os textos: «O Porto e o seu teatro – A Bonifácio Tinoco», publicado a 28 de Janeiro de 1856, em *O Porto e a Carta*, e «Revista do Carnaval» e «A Bonifácio Tinoco o.d.c., Anastácio das Lombrigas, de Torna-Viagem», publicados no jornal *A Verdade*, a 8 e 25 de Fevereiro de 1856, respectivamente.

Apesar de este ciclo cronístico compreender ao todo doze textos publicados sob o pseudónimo “Anastácio das Lombrigas”, neste estudo

⁶ Passagens como as que a seguir se transcrevem ilustram bem estas remissões: «Eu – Anastacio das Lombrigas, vivi desapercebidamente 14 mezes sobre a face da terra.» [Castelo Branco, 1924: p. 239]; «Eu – escrevi ha mezes neste jornal – *eu sou o proprietario do futuro*. Depois veio o *Proudbon* – e disse-me a *propriedade é um roubo*. E com tudo nem o *Ecco dos Operarios*, nem as fecundas aspirações do seculo, nem a organização do trabalho podem invalidar-me este patrimonio de saber que é meu por direito divino!» [Castelo Branco, 1924: p. 242].

⁷ Castelo Branco, 1924: p. 307.

a nossa atenção recairá sobre o conjunto das seis crónicas camilianas que têm por título «Revista dos Dois Mundos».

3. «Revista dos Dois Mundos»: unidade e fragmentarismo

É genericamente consensual o reconhecimento da dimensão coloquial da crónica, muitas vezes vista como fragmento de um diálogo que implicitamente se estabelece entre o autor e os seus leitores. A este propósito, recordem-se as observações de Vergílio Ferreira, na crónica inaugural da sua colaboração no *Expresso*, segundo as quais este tipo de texto se inscreve no quadro da conversa familiar diária que, ultrapassando os limites próprios de um diálogo presencial pela divulgação escrita do jornal, atinge um auditório mais vasto. E citamos:

«Escrever num jornal é (...) intervir nessa conversa generalizada, mas com uma espécie de altifalante. Há uma voz que fala aí e que é a minha – ou a dos outros nela corporizada por esses outros. Assim o escrever aqui é afinal a transposição para uma escrita pública de uma fracção do que se pensa ou se diz em particular. Deste modo parece que escrever umas breves palavras é apenas utilizar um fragmento do muito que se pensa ou se diz no dia a dia habitual.»⁸.

Esse fragmento discursivo que a crónica representa pode, por seu turno, evidenciar uma estrutura fragmentária, ou seja, ser constituída por diversos fragmentos textuais. Essa fragmentação da estrutura do texto é anotada, noutros termos, por Martín Vivaldi, quando refere que «Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos

⁸ Ferreira, 1981: p. 24. Com esta mesma orientação se entendem as palavras de Vitorino Nemésio, num estudo sobre o folhetim caracterizado deste modo: «(...) quando não serviu para retalhar romances, foi uma dessas formas fáceis de comunicação escrita. A extensão da dignidade literária a todos os actos da vida criava essa espécie de locutório ou rótula de jornal onde tudo convergia: política, religião, filosofia, campo, cidade e mar. Ou, melhor: o espectáculo, a última diligência e a primeira estação de caminho de ferro, o palhaço novo no circo e o jovem orador revelado, uma anedota e um caso de consciência. Tudo isto sem gradação, apresentado com a mesma volubilidade com que o soalheiro reflecte a vida, – porque o folhetim foi, afinal, um soalheiro estilizado e escrito.» [1950: p. 5]

do que propriamente do texto escrito.»⁹. Assim sendo, a crónica, enquanto unidade textual, ao mesmo tempo que representa um fragmento discursivo de um diálogo latente entre o autor e os leitores, pode apresentar uma estrutura fragmentária, mais evidente quando o texto é constituído por um conjunto variável de fragmentos separados através de marcas gráficas.

A esta fragmentação como traço configuracional não são alheios, de resto, outros géneros jornalísticos de opinião que, como o artigo, o comentário ou o editorial, podem revelar-se também, usando uma designação que Fernanda Irene Fonseca aplica à escrita diarística, «formas de escrita *intencionalmente* fragmentária»¹⁰.

Para esta autora, «O que é designado como texto fragmentário ou descontínuo é uma sequência de textos curtos (por vezes longos), separados graficamente por um espaço, e cuja sequencialização não obedece a critérios de ordenação de tipo textual/discursivo, uma vez que não se estabelecem, entre os textos alinhados em sequência, nem ligações formais marcadas pelo uso de conectores ou operadores diafóricos, nem relações de continuidade/progressão temática ou outra.»¹¹.

Ora, é justamente esta ordenação textual fragmentária que a série de folhetins camilianos da «Revista dos Dois Mundos» evidencia. De facto, cada uma das crónicas é composta por uma sequência de textos maioritariamente curtos, separados graficamente entre si por uma linha pontilhada da largura da página, ficando cada um dos fragmentos isolado dos restantes¹². Além deste processo gráfico de separação, verifica-se a inexistência de quaisquer outros mecanismos (conectores ou processos de continuidade temática) de ligação entre os fragmentos. Cada crónica desenvolve-se, então, através de uma técnica de justaposição de fragmentos em número variável mas nunca muito extenso (seis, no máximo), sendo que cada um desses fragmentos topicaliza um assunto de modo independente.

Assim sendo, os seis folhetins são atravessados por dois eixos: o eixo da unidade/continuidade e o eixo da fragmentação/fragmentarismo. A FIGURA 1 representa esquematicamente essas linhas organizativas: a unidade está delineada pela linha das coordenadas, agrupando todos os textos que, sob o mesmo título e assinatura, compõem a série; o fragmentarismo, traço caracterizador de cada uma das crónicas, está

⁹ Citação extraída de Melo, 1988: p. 52.

¹⁰ Fonseca, 2004: p. 346.

¹¹ Fonseca, 2004: p. 346.

¹² Veja-se, a título exemplificativo, o ANEXO 1.

representado pela linha das abcissas. Estes eixos confluem no título, o elemento paratextual que funciona como factor de unificação das seis crónicas e que, simultaneamente, indicia, a partir do seu semantismo, a estruturação fragmentária de cada uma delas.

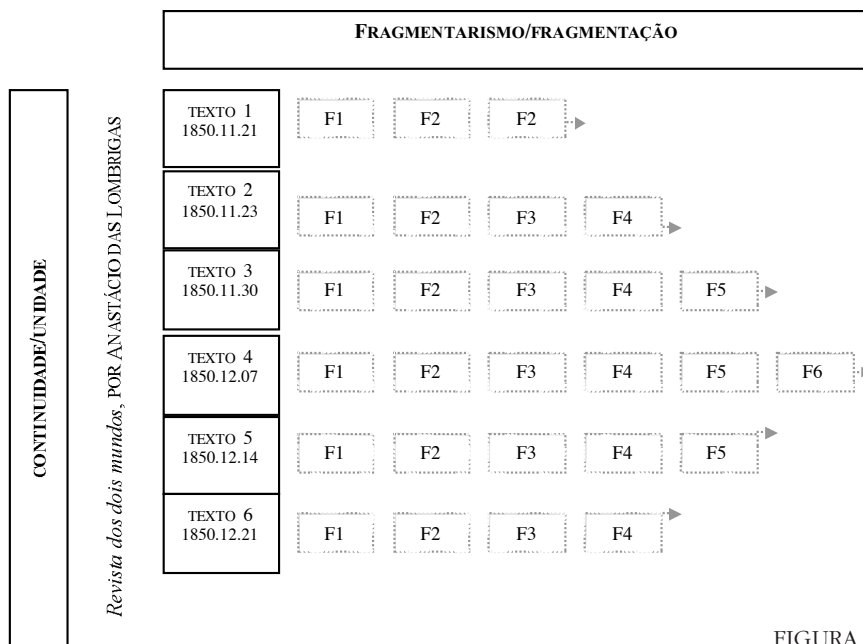


FIGURA 1

De facto, o título, que, por se manter inalterado em todos os textos, constitui um factor de unidade e de coesão, alimenta, por outra via, expectativas relacionáveis com a estrutura fragmentária dos textos, sendo nele «programaticamente anunciado o sem nexos, o desordenado»¹³.

Na expressão «Revista dos Dois Mundos», o primeiro termo condensa duas linhas de força que se interrelacionam, dado que a informação semântica registada em dicionário aponta, por um lado, para a observação crítica de uma realidade e, por outro, para o seu comentário sintetizado. Esta dimensão de relato comentado a partir de uma visão panorâmica e crítica da realidade circundante caracteriza genericamente os folhetins oitocentistas, cuja designação admite variações entre lexemas como «folhetim», «crónica», «retrospecto» ou «revista»¹⁴. Magalhães Basto, repor-

¹³ Fonseca, 2004: p. 350.

¹⁴ Outeirinho, 2003: p. 68.

tando-se ao folhetim de 1850, descreve-o como sendo «uma espécie de *revista da semana*, em que se fazia a crítica, com mais ou menos arte, com mais ou menos espírito, dos acontecimentos, das pessoas e dos costumes.»¹⁵. Nesta definição está já contido um dos traços que Maria de Fátima Outeirinho anota como caracterizadores da escrita da crónica do século XIX, a itinerância:

«(...) torna-se uma escrita itinerante na medida em que percorre um segmento temporal que passa em revista, normalmente a semana (...). Essa itinerância da crónica-folhetim convida o leitor a viajar no tempo e no espaço, guiado pelo olhar do folhetinista, pousando, também ele, a par e passo, o seu olhar nos diferentes eventos ocorridos. A itinerância não se reduz então a uma coordenada temporal e espacial, mas resulta ainda de uma itinerância temática (...).»¹⁶.

Nas crónicas camilianas da «Revista dos Dois Mundos», essa itinerância temporal, espacial e temática está indelevelmente marcada no tecido textual pela «escrita em fragmentos»¹⁷ que caracteriza cada um destes textos. Em cada uma das crónicas que integram este ciclo faz-se a “revista da semana”, pondo em destaque cenários de incidência social, cultural e jornalística, através dos vários fragmentos textuais que as constituem.

4. Da crónica à polémica

Os fragmentos que compõem as crónicas da «Revista dos Dois Mundos» organizam-se em dois campos temáticos: há os que incidem sobre os factos da vida social e cultural portuense (o vestuário da época, o teatro lírico no Real Teatro de S. João, o baile da Assembleia Portuense, o outeiro do convento de Santa Clara, entre outros) e há os que têm por objecto os textos, quer de poetas (por exemplo, o livro *As minhas poesias*, de J. d' A. Rangel), quer de autores de artigos em jornais como *O Eco Popular*, *A Pátria*, o *Periódico dos Pobres no Porto*. Efectivamente, as crónicas da «Revista dos Dois Mundos» (como aliás, muitas outras deste escritor) são feitas da matéria lida, contendo impressões de leitura do seu autor.

¹⁵ Basto, 1947: p. 10.

¹⁶ Outeirinho, 2003: p. 107.

¹⁷ Fonseca, 2004: p. 357.

Os textos de imprensa de Camilo Castelo Branco possuem como característica genérica – particularizada no conjunto textual seleccionado para análise neste estudo – o comentário judicativo de textos e respectivos autores. No caso concreto d’ «A Revista dos Dois Mundos», de facto, é da leitura dos jornais da semana que provém a matéria-prima das crónicas que saem na edição de sábado d’*O Jornal do Povo*.

Exemplificaremos, em primeiro lugar, esse traço característico para, depois, analisarmos as suas implicações discursivas. São em número significativo os fragmentos em que tal traço se regista¹⁸.

O primeiro e o terceiro fragmentos da terceira «Revista dos Dois Mundos» (que passaremos a designar com as iniciais R.D.D.M seguida do ordinal que identifica o seu lugar na série de crónicas), comentam ironicamente o poema «O Douro», de José Freire de Serpa Pimentel, Visconde de Gouveia, e o texto que o introduz publicados no *Periódico dos Pobres no Porto* n.º 280, de 1850.11.26, e o volume *As minbas poesias*, de J. d’ A. Rangel¹⁹, respectivamente:

«O sr. *Serpa* cantou o Douro. (...)»

«O *Periodico dos Pobres*, ennobrecido pelo sr. *Serpa*, no juizo que antepõe á bella poesia, é ingrato aos outros seus collaboradores de versos.»

[R.D.D.M.3 – F1]

«Fui assignante das poesias do sr. J. d’ A. Rangel. O titulo modesto do volume (*As minhas poesias*) é um destemperado broquel que o author escolheu para os seus versos. (...)»

[R.D.D.M.3 – F3]

Quatro dos seis fragmentos da R.D.D.M.4 têm por motivo os jornais *O Eco Popular* de 2 e de 3 de Dezembro, *O Jornal do Povo* de 5 de Dezembro e *A Pátria* de 3 de Dezembro. Do primeiro jornal é recuperada uma notícia inserta na secção «Notícias diversas», acerca das negociações entre a companhia teatral do sr. João Manuel e a actriz Emília das Neves, e o artigo «A fundação d’ um Gremio Litterario no Porto», assinado com três asteriscos (assinatura atribuída a António Fructuoso Aires de Gouveia).

¹⁸ Veja-se, a propósito a distribuição temática dos vários fragmentos textuais documentada no quadro do ANEXO 2.

¹⁹ De acordo com informação obtida no *Diccionario Bibliográphico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva, trata-se do volume *Os meus versos*, de Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro, publicados no Porto, na tipografia de J. L. de Sousa, em 1850.

No segundo jornal, o ponto de partida é o folhetim «O Moribundo Cisne do Vouga», de J. Athanazio-Mendes, um texto de crítica elogiosa ao poeta Francisco Joaquim Bingre, e a declaração de Camilo Castelo Branco a negar ser “Anastácio das Lombrigas”. Quanto ao terceiro jornal, existe uma notícia do seu aparecimento e uma referência breve ao artigo de fundo. As transcrições seguintes comprovam os motivos anotados:

«(...) O *Ecco Popular*, essa banca-rota de genios fallidos, é o meu *Cabrion*. É um brado que me estruge aos ouvidos, todos os dias, o pregão da nossa ignorancia.

Nem senso commum.

Nem consciencia do seu *nada*.

Nem fé, nem esperanza, nem charidade!

É uma existencia de maltrapilho com ferocidade popular. É a mão gretada, fétida, e licenciosa do gaiato que arremessa lama aos que passam.

Leitores! ides ler algumas linhas escriptas com vergonha e seriedade, com desconforto e paixão, com repugnancia e necessidade. (...)

[R.D.D.M.4 – F1]

«Não tendes precisão de gremio litterario como vós o comprehendeis, senhores escriptores. (...)»

«O sr. *José Athanazio-Mendes*, genio preconisado mas até hoje duvidoso para mim – que o não conheço de perto – fallou das poesias do *Moribundo Cysne do Vouga*. (...)»

[R.D.D.M.4 – F3]

«Lagrimas e risos é a minha divisa – o timbre do meu joel de folhetinista.

O Sr. *Camillo Castello-Branco* declara que não era *Anastacio das Lombrigas*.

Anastacio das Lombrigas declara que não é *Camillo Castello-Branco*.

O publico, com esta duplicada explicação, deixa cahir os seus juizos, se é que os tinha suspensos. (...)»

[R.D.D.M.4 – F4]

«Veio a lume a PATRIA.

Não é a d'*Affonso Henriques* – nem a de *João I.º*, nem a de *João 4.º*, nem a do *marquez de Pombal*.

É a *Patria Nova*.

O *artigo de fundo* é uma verrina contra a *Patria Azevedo*. (...)»

[R.D.D.M.4 – F6]

Os três primeiros fragmentos (num total de cinco) da R.D.D.M.5 têm como ponto de partida textos d' *O Eco Popular* de 9 de Dezembro, d' *A Pátria* de 10 de Dezembro e do *Periódico dos Pobres no Porto* de 12 de Dezembro. No primeiro jornal, o referente é o texto «A Fundação dum Grémio Literário no Porto, Ao Sr. Anastácio das Lombrigas», assinado com três asteriscos (que identificam, como sabemos, António Aires de Gouveia). No terceiro, é a sátira «Anfíbio asqueroso», de D. Januária d' Azevre e Ruibarbo (pseudónimo não identificado).

«*Relação das nomeadas que o Ecco Popular e Patria,/ jornaes de critica e litteratura, artes e sciencias,/ deram a Anastacio das Lombrigas,/ ou a quem suas vezes fizer,/ no dia 9 e 10 de Dezembro de 1850/ – pelas 5 horas da tarde pouco mais ou menos (...)*»

[R.D.D.M.5 – F1]

«A exm.^a snr.^a D. Joanna d' Azevre e Ruibarbo natural de Villa Real, bella como o seu nome, acaba de zangar-se comigo no *Periodico dos Pobres*. Chama-me nomes feios, por eu ter dito que o snr. *Serpa* cantou o *Douro* n' uma harpa desafinada. (...)»

[R.D.D.M.5 – F2]

«(...) Ah! Dona Ruibarbo! Dona Ruibarbo! se v. ex.^a já então fosse escriptora e poeta de satyras graciosas, que nos chamaria?! – talvez *sardinha*!! Por Deus! leve-nos hoje ás honrarias do *savel*!»

[R.D.D.M.5 – F3]

Na base do primeiro fragmento (são quatro na totalidade) da R.D.D.M.6 estão diversos textos saídos em dois jornais: a décima «Senhores da redacção» e quadras («És tão bronco, tão falto de gosto»), de D. Januária d' Azevre e Ruibarbo, publicadas no *Periódico dos Pobres no Porto* de 17 de Dezembro; Diálogo «Mestre Crispim, e Anastácio», versos «Vem cá, chistoso Anastácio» e «Resposta ao folhetim do *Jornal do Povo* de 14 do corrente», assinados por D. Januária d' Azevre e Ruibarbo, saídos no *Periódico dos Pobres no Porto* de 18 de Dezembro; «Defesa do Anastácio», de D. Januária d' Azevre e Ruibarbo, publicada n' *O Eco Popular* de 20 de Dezembro.

«A *Januaria d' Azevre e Ruibarbo* sahiu-nos mulher cantadeira de *S. Cosme e Rio-Tinto*.

Cuidei que me empenhava em mimosa lucta litteraria com alguma *Ninon* de provincia, e topei com uma decrepita rameira, rica de phrase grangeada nas bagagens do exercito anglo-luso. (...)»

Sahiu-me ella – a querida do *Ecco Popular* – a loureira d' aquelle prostibulo, a bargante que m' injuria do alcouce dos *Pobres!* (...)»
[R.D.D.M.6 – F1]

«Sr. Antonio Fructuoso Ayres de Gouvêa! peza-me de o haver offendido em hora avessa de má lingua!
Enlabuzei de fel a sua cousita sobre o gremio. (...)»
[R.D.D.M.6 – F2]

Ao convocar para o texto cronístico textos e autores que se tornam objecto de depreciação, o locutor dota o seu enunciado de uma configuração polémica. Os autores convocados nos fragmentos em que se comentam outros textos/discursos, jornalísticos ou poéticos [José Freire de Serpa Pimentel, J. d' A. Rangel, *O Eco Popular*, Aires de Gouveia, José Athanzio-Mendes, *A Pátria*, D. Januária d' Azevre e Ruibarbo], ficam naturalmente indigitados como interlocutores possíveis num diálogo de recorte polémico. De facto, quatro dos autores citados aceitam o repto e, através da produção de textos de resposta, entram em diálogo com “Anastácio das Lombrigas”. É o caso do jornal *O Eco Popular*, com uma resposta «Ao snr. Anastacio das Lombrigas» incluída na secção «Noticias diversas» do n.º 358, de 9 de Dezembro de 1850, de António Fructuoso Aires de Gouveia, com o texto «A fundação dum Gremio Literário no Porto. Ao sr. Anastacio das Lombrigas», no mesmo n.º 358 d' *O Eco Popular*, de D. Januária d' Azevre e Ruibarbo, com várias poesias satíricas publicadas no *Periódico dos Pobres no Porto* e n' *O Eco Popular*, e de João Augusto Novais Vieira, director de *A Pátria*. Estes casos vêm mostrar como, a partir da crónica, deriva a produção de vários textos escritos em diálogo de configuração polémica.

5. Fragmento de crónica, peça de polémica

Como vimos, alguns dos fragmentos das crónicas semanais da «Revista dos Dois Mundos», devido à sua particular configuração discursiva, participam de um outro domínio discursivo, o da interacção verbal polémica. São, simultaneamente, fragmentos do macro-texto da crónica e peças de polémica nas questões que opõem Camilo Castelo Branco a António Fructuoso Aires de Gouveia²⁰ e a D. Januária d' Azevre e Ruibarbo.

²⁰ A polémica entre Camilo Castelo Branco e António Fructuoso Aires de Gouveia Osório está historiada em vários lugares, como *Camilo e os Médicos*, de Maximiano

Tais fragmentos, enquanto peças de interacção verbal polémica, têm funcionamentos distintos conforme sejam o motivo desencadeador da polémica ou a «tomada de palavra» de um dos intervenientes no diálogo polémico.

Enquanto elementos desencadeadores de polémica, destacamos dois fragmentos da R.D.D.M.4. O primeiro desses fragmentos – F1 de R.D.D.M.4 – alude explicitamente a um texto do jornal *O Eco Popular* sobre a questão relativa à companhia teatral do Sr. João Manuel e à actriz Emília das Neves. É constituído por duas partes: uma que contém insultos ao jornal referido e uma outra em que é possível conhecer o ponto de vista do locutor acerca da questão teatral mencionada. A acusação dirigida a *O Eco Popular* consiste em denunciar como censurável a opinião do jornal, favorável à companhia teatral do Sr. João Manuel na questão que o separa da actriz Emília das Neves, de quem “Anastácio das Lombrigas” toma a defesa, como se pode ver pelo trecho em causa:

«E que tem o *Ecco Popular* com os *vandalos* e com o *potro*?

Tem o elo ridiculamente litterario que prende a opinião publica ao sr. *João Manuel*.

Tem a cobarde ousadia de insultar a desgraça.

Cospe o pudor, comprado a lagrimas e fadigas, de uma mulher que não pode vir á imprensa justificar as suas desgraças de um tempo em que ella, só por si, não poderia suster-se n’ uma queda muito infeliz para o abysmo de dolorosas miserias.».

O segundo fragmento em análise – F3 de R.D.D.M.4 – tematiza dois tópicos: num primeiro momento, o comentário do locutor incide sobre a opinião expressa por um anónimo (que sabemos ser Aires de Gouveia) no jornal *O Eco Popular*, acerca da fundação de um grémio literário no Porto; num segundo momento, a sua atenção recai sobre o artigo de crítica literária assinada por José Athanazio-Mendes n’*O Jornal do Povo* acerca da poesia do poeta Francisco Joaquim Bingre. Em ambos os

Lemos, *Camilo Desconhecido*, de António Cabral, *Camilo e António Aires*, de Ricardo Jorge, *Polémicas de Camilo*, de Alexandre Cabral. Não sendo necessário o seu reconto, importa, contudo, salientar o complexo recorte deste conflito que se expandiu por três ramificações: (i) a troca verbal polémica mantida entre Aires de Gouveia e “Anastácio das Lombrigas”; (ii) a troca verbal polémica ocorrida entre Aires de Gouveia e Camilo Castelo Branco; (iii) o ataque continuado que Camilo Castelo Branco realizou contra Aires de Gouveia, durante três décadas, através de algumas das suas obras romanescas como *A Queda dum Anjo*, cuja configuração polémica será objecto de um estudo posterior.

comentários se destaca o tom trocista e o ataque directo aos autores visados. Nestas duas partes, divisam-se diferentes modos de sinalizar a retroacção. No primeiro caso, não existe qualquer intróito, surgindo a referência ao texto que serve de motivo no seio das asserções que integram o movimento accional de advertência/conselho:

«Não tendes precisão de gremio litterario como vós o comprehendeis, senhores escriptores.

Lede muita moral e muita civilidade. Sede pessoas de juizo antes de litteratos. Não nos critiqueis versos e costumes, por que ninguem vos acredita. Não aponteis moldes onde affeçoemos a nossa intelligencia, ou então explicai-nos essa Trindade disparatada d' Alheira, Monteiro e Alexandre Braga.».

No segundo caso, o começo assinala uma retroacção que contém já, a par da identificação do texto alvo, um comentário apreciativo do locutor:

«O sr. *José Athanazio-Mendes*, genio preconisado mas até hoje duvidoso para mim – que o não conheço de perto – fallou das poesias do *Moribundo Cysne do Vouga*.

Compreendeu-as. Lamentou com ellas a sorte do poeta enfermo, pobre, e decrepito.

Concebeu, em toda a magestade do seu martyrio, o doloroso triumpho do estro, que é o do ceo, envenenado pela fome – luctuoso lamel do poeta, que não truaneja nos paços do rico.».

Enquanto intervenções nos diálogos polémicos que “Anastácio das Lombrigas” mantém com António Fructuoso Aires de Gouveia Osório e com D. Januária d' Azevre e Ruibarbo, destacam-se três fragmentos das quinta e sexta crónicas. No primeiro destes fragmentos – F1 de R.D.D.M.5 – o locutor convoca dois textos: um publicado no jornal *O Eco Popular* por Aires de Gouveia como réplica na polémica com “Anastácio das Lombrigas”, outro de Novais no jornal *A Pátria*. Utiliza, para tal, um processo extremamente sintético que consiste em enumerar os epítetos injuriosos que lhe são dirigidos nesses textos, organizados em lista vertical introduzida pela seguinte explicação: «*Relação das nomeadas que o Ecco Popular e Patria, jornaes de critica e litteratura, artes e sciencias, deram a Anastacio das Lombrigas, ou a quem suas vezes fizer, no dia 9 e 10 de Dezembro de 1850 – pelas 5 horas da tarde pouco mais ou menos.*». Este fragmento serve de resposta aos textos mencionados e funciona como intervenção reactiva das polémicas mantidas com os adversários citados.

Os segundo e terceiro fragmentos a considerar – F2 de R.D.D.M.5 e F1 de R.D.D.M.6 – constituem intervenções reactivas de “Anastácio das Lombrigas” a textos de polémica anteriormente produzidos por D. Januária d’ Azevre e Ruibarbo. Em F2 de R.D.D.M.5, a formulação de abertura resume o texto que está na base do discurso de “Anastácio das Lombrigas”, sendo mencionadas as coordenadas de ancoragem situacional do texto anterior (local de publicação, autora), o conteúdo global e o motivo que está na base da sua produção:

540

«A exm.^a snr.^a D. Joanna d’ Azevre e Ruibarbo acaba de zangar-se comigo no *Periodico dos Pobres*. Chama-me nomes feios, por eu ter dito que o snr. Serpa cantou o Douro n’ uma harpa desafinada.».

Em F1 de R.D.D.M.6, repete-se o processo já mencionado anteriormente da enumeração de epítetos injuriosos atribuídos a “Anastácio das Lombrigas”:

«Sahiu-me ella – a querida do Ecco Popular – a loureira d’ aquella prostibulo, a bargante que m’ injuria do alcouce dos Pobres!

Ouvide-a como se dilata em phrases d’ innocencia e honesta pudicicia! Anjo de candura, deu-me estes nomes que lhe passaram puros nos labios virginaes.

Fraco.	Dog sarnento.	Barafusteiro.	Burro.
Sorvedor.	Bronco.	Vil.	Magro.
Cão.	Pobre d’espírito.	Infame.	Rato.»

Estes indicadores de retroacção incidem sobre textos diversos de D. Januária d’ Azevre e Ruibarbo.

Neste grupo dos fragmentos que funcionam como intervenções em polémicas, há ainda a anotar F2 de R.D.D.M.6 que se diferencia dos já referidos por ter uma funcionalidade particular na polémica com Aires de Gouveia. Não sendo uma intervenção reactiva no diálogo polémico entre os contendores, constitui um elemento co-textual importante por funcionar como comentário de um texto anterior assinado por Camilo Castelo Branco visando Aires de Gouveia. Este fragmento não contém elementos explícitos de retroacção; os sinais de comentário do texto de Camilo Castelo Branco que lhe está na base estão diluídos no corpo do discurso construído como sendo um acto de arrependimento do locutor em relação a Aires de Gouveia e de consolação pelas críticas de que este tem sido alvo. Os textos que motivam estes dois actos são os de Anastácio

das Lombrigas (fragmento da «Revista dos Dois Mundos») e de Camilo Castelo Branco («Um grémio literário no Porto (Crítica literária)», n' *O Jornal do Povo* de 1850.12.12, e «Crítica literária – I O Sr. António Fructuoso Aires de Gouveia», n' *O Jornal do Povo* de 1850.12.19).

Por outro lado, verifica-se que a ocorrência de intervenções numa troca verbal polémica dentro do corpo da crónica é reveladora da possibilidade que existe de a intervenção num diálogo polémico ocorrer a partir de um fragmento de um texto de crónica, situação pouco habitual, sobretudo quando comparada à ocorrência de formas de maior pregnância como a réplica, que evidencia, geralmente no título, marcas da macro-estrutura dialogal e argumentativa do texto, ou a carta, havendo polémicas que se desenrolam integralmente em forma epistolográfica²¹.

4. Conclusão

O fragmento de crónica como forma textual de intervenção em polémica agora analisado a partir da escrita de Camilo Castelo Branco é uma ocorrência que possibilita três tipos de observações conclusivas.

Em primeiro lugar, essa ocorrência é reveladora da possibilidade de enlaçamento entre a crónica e a polémica que se estabelece quando a intervenção reactiva de uma polémica surge no corpo da crónica. Tal só é possível, de facto, quando a crónica apresenta uma estrutura fragmentária que confere a cada um dos seus fragmentos um grau de autonomia que permita o desprendimento das coordenadas situacionais em que originariamente surgem (da crónica) para se vincularem a um outro quadro discursivo/comunicativa (da polémica).

Em segundo lugar, as intervenções reactivas constitutivas de uma polémica como produções textuais não adstritas a um género ou a um tipo discursivo particular, podendo surgir, como vimos, não só em forma epistolar ou em texto de réplica mas também em fragmento incrustado em corpos discursivos como a crónica. A ser assim, a intervenção reactiva num confronto verbal escrito deve ser reconhecida por indicadores linguísticos e textuais transversais, que podem estar presentes em tipos/géneros de discurso diversificados, sendo certo que não existe uma estrutura fixa e estável que identifica como realizações que integram a macro-estrutura dialogal da polémica.

²¹ É o caso, por exemplo, das polémicas de Camilo Castelo Branco com Silva Túlio, em 1851, com a baronesa do Bolhão e os seus familiares, em 1852, com o P.º Júlio da Rocha Soares de Carvalho, em 1872, com Cipriano Jardim, em 1879. Nas restantes polémicas, só algumas intervenções assumem esse formato discursivo.

Finalmente, deriva da análise feita o reforço da ideia de que a força do polemismo camiliano percorre, para além de qualquer fronteira textual/discursiva, vários lugares da sua escrita, afluindo, em determinados períodos, em polémicas que se instalam em qualquer texto seja jornalístico seja ficcional.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BASTO, Artur de Magalhães
1947, «Camilo folhetinista», separata de *A Aurora do Lima* de 1947.02.7, pp. 7-14.
- BESSA-LUÍS, Agustina
1993, «Riso e castigo em Camilo Castelo Branco» in *Camilo Castelo Branco. Jornalismo e Literatura no séc. XIX*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão/Centro de Estudos Camilianos, (col. Estudos Camilianos – 3), pp. 125-130.
- CABRAL, Alexandre
1981, *Polémicas de Camilo*, Lisboa, Livros Horizonte, volumes I e II.
- CABRAL, Alexandre
1988, *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Caminho.
- CASTELO BRANCO, Camilo
1924-1926, *Dispersos de Camilo*, compilação e notas de Júlio Dias da Costa, Coimbra, Imprensa da Universidade, vols. I, II, III.
- FERREIRA, Vergílio
1981, «Crónica sobre a crónica», *Expresso* n.º 434, 1981.02.21, p. 24.
- FONSECA, Fernanda Irene
2004, «Fragmentação e unidade: contributos para a análise de formas textuais intencionalmente fragmentárias» in Fátima Oliveira e Isabel Margarida Duarte (orgs.), *Da língua e do discurso*, Porto, Campo das Letras, pp. 345-362.
- MARTINS, Francisco,
1990, *Camilo quando jovem escritor*, Porto, Edições Afrontamento.

MELO, José Marques de

1988, «A crónica» in AAVV., *Jornalismo e Literatura. Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro*, Lisboa, Vega e Escola Superior de Jornalismo, pp. 41-53.

NEMÉSIO, Vitorino

1950, «O folhetim», *Diário Popular* n.º 2683, 1950.03.22, p. 5.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima

2003, *O folhetim em Portugal no século XIX: uma nova janela no mundo das letras*, Porto, [edição do autor], dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ANEXO 1

— 262 —

mática, vandalos, alanos, e suevos do mais bem trabalhado dialogo, farcistas insossos da scena mais tragica e sentimental — vós não sois *companhia* !

Fazei-vos rezes voluntarias no altar da civilisação do Porto. Queimae-vos moralmente.

Sahi do tablado, macacos de púrpura, e deixae-nos occupar esses bancos, que o *Almada* não mandou fazer para potro desta honrada burguezia !

E que tem o *Ecco Popular* com os *vandalos* e com o potro ?

Tem o elo ridiculamente litterario que prende a opinião publica ao sr. *João Manoel*.

Tem a cobarde ousadia de insultar a desgraça.

Cospe o pudor, comprado a lagrimas e fadigas, de uma mulher que não pode vir á imprensa justificar as suas desgraças de um tempo em que ella, só por si, não poderia suster-se n'uma queda muito infeliz para o abysmo de dolorosas miserias.

.....
Silencio !

Corai de vergonha, senhores. A sociedade é justa. Nos juizos della é mais aggravante a vossa punhalada impune que o lance lastimoso de um corpo que se apregoa por um grito de *fome*, e se vende por um bocado de *pão*.

.....
Não tendes precisão de *gremio litterario* como vós o comprehendéis, senhores escriptores.

Lede muita moral e muita civilidade. Sede pessoas de juizo antes de litteratos. Não nos critiqueis versos e costumes, por que ninguem vos acredita. Não aponteis moldes onde affeioemos a nossa intelligencia, ou então explicai-nos essa Trindade disparatada d'*Alheira*, *Monteiro* e *Alexandre Braga*.

ANEXO 2

FOLHETIM		CONSIDERAÇÕES	FACTOS	TEXTOS
R.D.D.M. 1 1850.11.21	F1	Considerações do autor sobre si próprio		
	F2	Programa para a série cronística que se abre com este texto		
	F3	Programa para a série cronística que se abre com este texto		
R.D.D.M. 2 1850.11.23	F1	Considerações do autor sobre si próprio Clara (crítica social)		
	F2		Comentário crítico ao vestuário da época (crítica social/costumes)	
	F3		Crítica teatral às comédias <i>Morgado da Ventosa</i> e <i>Pequenas Misérias</i> representadas no S. João (crítica teatral)	
	F4		Comentário de uma diligência do regedor de S. Nicolau (crítica social)	
R.D.D.M. 3 1850.11.30	F1			Crítica ao poema «O Douro» do Visconde de Gouveia, saída no <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> em 1850.11.26.
	F2		Comentário ao baile organizado pela Assembleia Portuense (crítica cultural)	
	F3			Crítica ao volume <i>As minbas poesias</i> de J. d' A. Rangel
	F4		Comentário à chegada da companhia lírica do Sr. Lombardi ao Porto, anúncio do Outeiro das freiras de Santa Clara e do 2.º concerto de Achilles Malavasi no S. João (crítica cultural)	
	F5	Considerações sobre a falta de assunto para as crónicas		

R.D.D.M. 4 1850.12.07	F1		Crítica que visa um texto do <i>Eco Popular</i> de 1850.12.02 sobre as negociações entre a companhia teatral do sr. João Manuel e a actriz Emília das Neves
	F2	Alusão a um acontecimento social não referenciado (crítica social)	
	F3		Crítica à opinião expressa por Aires de Gouveia n' <i>O Eco Popular</i> de 1850.12. 03 sobre a fundação de um grémio literário do Porto e sobre o folhetim de Athanazio Mendes «O Moribundo Cisne do Vouga d' <i>O Jornal do Povo</i> de 1850.12.05 Referência à declaração publicada por Camilo Castelo Branco n' <i>O Jornal do Povo</i> de 1850.12.05
	F4	Considerações acerca de si próprio, declarando não haver correspondência entre "Anastácio das Lombrigas" e Camilo Castelo Branco	
	F5	Crítica, em forma narrativa, aos casamentos dos brasileiros ricos com filhas de comerciantes (crítica social/costumes)	
	F6		
	F1		Notícia do reaparecimento do jornal <i>A Pátria</i> com referência ao artigo de fundo do n.º 1.

R.D.D.M. 5 1850.12.14	F1		Resposta a textos saídas n' <i>O Eco Popular</i> de 1850.12.09 e de <i>A Pátria</i> de 1850.12.10
	F2		Resposta a uma sátira saída no <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> de 1850.12.12 assinada por D. Januária d' Azevre e Ruiarbo
	F3		Ataque ao mesmo texto de F2
	F4	Comentário à representação da ópera <i>Attila</i> no Teatro de S. João (crítica teatral) Referência à inauguração da estátua de S. Felix de Valois na Igreja da Trindade e ao outeiro das freiras de Santa Clara (crítica social)	
	F5		Ataque a D. Januária d' Azevre e Ruiarbo a propósito do mesmo texto de F2
R.D.D.M. 6 1850.12.21	F1		Resposta a vários textos assinados por D. Januária d' Azevre e Ruiarbo: duas sátiras do <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> de 1850.12.17, dois textos do <i>Periódico dos Pobres no Porto</i> de 1850.12.18, uma sátira d' <i>O Eco Popular</i> de 1850.12. 20
	F2		Ataque a Aires de Gouveia aludindo indirectamente ao artigo de Camilo Castelo Branco «Crítica literária – I O Sr. António Fructuoso Aires de Gouveia» d' <i>O Jornal do Povo</i> de 1850.12. 19
	F3	Comentário crítico à representação da ópera <i>Os dois Foscari</i> no Teatro de S. João (crítica teatral) Anúncio necrológico de “Anastácio das Lombrigas” Notícia da morte de Francisco Luís Moreira	
	F4	Anúncio necrológico de “Anastácio das Lombrigas”	